

**Resumo:**

Este trabalho aborda as interfaces entregênero, raça/etnia e saúde no Brasil, entre os anos de 1975 e 1996, tendo como foco de estudo a importância da saúde reprodutiva para o movimento de mulheres negras no país. O marco inicial da pesquisa é 1975 – data do surgimento do movimento feminista organizado no Brasil - e se estende até o ano 1996, momento em que as ações das “feministas negras” em torno da saúde reprodutiva repercutem no âmbito da saúde pública. Analiso a história do feminismo negro no país, a partir das relações entre as ativistas negras e os movimentos feminista e negro. Esta história, em meados da década de 1980 sofre uma inflexão, pois as militantes reivindicam a criação de uma identidade própria, o feminismo negro, já que não havia até então um debate amplo sobre as interfaces entre raça e gênero no interior do movimento feminista e negro respectivamente. A questão da saúde reprodutiva - que tomou por base denúncias de esterilizações cirúrgicas contra mulheres negras na década de 1980- aparece como a mola propulsora do ativismo e da constituição de um feminismo negro no país, entre os anos de 1980 a 1990. Meu trabalho, por um lado, investiga o contexto em que emergem tais denúncias e, por outro, analisa os debates que embasaram a relação entre as ativistas negras e a saúde pública no Brasil nesse período.